E. João XXII

O Papa João XXII (1316 - 1334) teria ensinado uma heresia sobre a visão beatífica durante anos e só se teria retratado em seu leito de morte. Acusa-se João XXII de ter pregado que as almas dos justos, separadas de seus corpos, só veriam a essência e as pessoas divinas após a ressurreição geral; e, enquanto isso, desfrutariam apenas da visão da humanidade santa do Salvador.

Na verdade, este papa acreditava exatamente no oposto da opinião que lhe foi atribuída! Eis a sua profissão de fé: "Declaramos da seguinte maneira o pensamento que É e que ERA nosso. [...] Acreditamos que as almas purificadas, separadas dos corpos, são reunidas no céu [...] e que, segundo a lei comum, veem a Deus e a essência divina face a face" (João XXII: bula *Ne super his*, de 3 de dezembro de 1334, redigida pouco antes de sua morte). A expressão "que é e que era" prova que ele acreditava nisso durante toda a sua vida.

Este papa foi um defensor intrépido da fé, pois refutou incansavelmente hereges de diversos países, sem temer se tornar o pior inimigo deles. Entre eles estava o monarca bávaro Luís IV, que até instalou um antipapa em Roma. Luís IV foi excomungado por João XXII. Os cismáticos da Baviera se vingaram de maneira ignóbil: atribuíram ao papa palavras que ele nunca disse e espalharam por toda parte que ele teria se desviado da fé. Isso levou o rei da França, Filipe VI de Valois, a ordenar uma investigação. Os teólogos da Sorbonne, comissionados pelo rei, examinaram este assunto com o maior cuidado e concluíram pela inocência de João XXII.

Para compreender adequadamente a origem das calúnias proferidas contra João XXII, é importante conhecer melhor seus inimigos: os "fraticelli" e seu protetor, Luís da Baviera.

Os fraticelli eram monges franciscanos heréticos e cismáticos. Em 1294, os franciscanos se dividiram em dois grupos: os "conventuais", que aceitavam a propriedade comum dos rendimentos e bens imobiliários; e os "fraticelli" (ou "eremitas pobres" ou "espirituais"), que rejeitavam essa ideia.

Os fraticelli se entusiasmaram com as visões apocalípticas de Olieu e de Casale, derivadas das heresias de Joaquim de Fiore. Segundo Joaquim de Fiore, retomado pelos fraticelli, a era da Igreja havia terminado. Com o fim da Igreja começava (finalmente) a era do Espírito Santo. A Igreja era a grande prostituta, entregue aos prazeres da carne, ao orgulho, à avareza; os fraticelli, por outro lado, representavam a nova Igreja, casta, humilde e, sobretudo, absolutamente pobre. João XXII os repreendeu severamente: "O primeiro erro, portanto, que sai de sua oficina repleta de trevas, inventa duas Igrejas, uma carnal, esmagada pelas riquezas, transbordando de riquezas e manchada de males, sobre a qual dizem que reinam o pontífice romano e os outros prelados inferiores; a outra espiritual, pura pela sua frugalidade, adornada de virtudes, cercada pela pobreza, na qual se encontram apenas eles e seus semelhantes, e à qual igualmente presidem eles mesmos pelo mérito de uma vida espiritual, se é que se pode acreditar em suas mentiras" (constituição *Gloriosam Ecclesiam,* 23 de janeiro de 1318).

Identificando sua regra e interpretação com o Evangelho em si, os fraticelli recusaram a reunificação de sua ordem com os conventuais (exigida por Clemente V e João XXII). Quando João XXII solicitou algumas mudanças em sua regra monástica, eles o declararam inimigo do Evangelho e desprovido de toda autoridade. O papa condenou várias proposições absurdas dos fraticelli (constituição *Gloriosam Ecclesiam,* 23 de janeiro de 1318), o que lhe rendeu um ódio persistente deles. Com sua bula *Cum inter nonnul/os* de 12 de novembro de 1323, o papa condenou especialmente como herética a opinião de que Cristo e os apóstolos não possuíam nada em comum ou em particular. Muitos franciscanos se revoltaram abertamente. Refugiaram-se na corte de Luís da Baviera, que estava em conflito com a Santa Sé. De lá, inundaram a Europa com panfletos contra aquele que eles desdenhosamente chamavam de "João de Cahors", porque o consideravam deposto do pontificado devido à sua (suposta!) "heresia".

O monarca Luís IV da Baviera (1287 - 1347) queria se colocar acima da papado, de certa forma ser superior ao papa. Sua pretensão insensata correspondia bastante a uma tese proferida por um filósofo da época, mas taxada de herética por João XXII. O mestre parisiense Marsílio de Pádua foi, de fato, condenado pelo papa (constituição *Licet iuxta doctrinam,* 23 de outubro de 1327) por apoiar várias heresias, incluindo esta: "Cabe ao imperador corrigir o papa, puni-lo, instituí-lo e destituí-lo".

Na eleição do imperador do Sacro Império Romano-Germânico em 1314, os príncipes eleitores não conseguiram chegar a um consenso. Alguns escolheram o austríaco Frederico, o Belo, outros Luís da Baviera. Luís ganhou a batalha de Mühldorf (28 de setembro de 1322) e aprisionou Frederico, o Belo. Mas o papa recusou a coroa imperial a Luís da Baviera, pois queria manter a neutralidade entre os dois rivais. O papa reservou para si a administração dos territórios italianos do Império, conforme a decretação *Pastoralis cura* de Clemente V, que dizia: "Uma vez que o recurso ao poder secular não é mais possível, o governo, administração e jurisdição supremos do Império pertencem ao Sumo Pontífice, a quem Deus, na pessoa de São Pedro, entregou o direito de governar tanto nos céus quanto na terra".

Apesar disso, Luís não hesitou em exercer sua (pretensa) soberania imperial na Itália e, além disso, acolheu os fraticelli heréticos em sua corte. Ele foi excomungado em 23 de março de 1324. Em resposta, fez redigir pelos fraticelli o apelo de Sachsenhausen (22 de maio de 1324), que declarava João XXII como herege e deposto do pontificado. O papa, por sua vez, decretou em 11 de julho de 1324 que Luís havia perdido todo direito à coroa.

Luís então empreendeu uma expedição militar na Itália (1327 - 1330). Ele encontrou apoio entre os hereges italianos e conseguiu tomar Roma. Foi coroado na Cidade Eterna em 17 de janeiro de 1328 por quatro romanos (em clara violação do direito, pois somente o papa podia coroar um imperador!). Em 18 de abril de 1328, declarou a deposição de João XXII e em 12 de maio impôs o antipapa Pietro Rainallucci, que adotou o pseudônimo artístico de "Nicolas V" (1328 - 1330). O antipapa era natural de Corvara, um vilarejo na região de Aquila, terra natal do líder dos fraticelli, Pedro de Morrone.

O papa legítimo, João XXII, residia em Avignon. O "conclave" dos cismáticos ocorreu em Roma. O candidato designado por Luís da Baviera era um de seus cortesãos. "Este antipapa adicionava a heresia ao seu cisma, ao afirmar que Jesus Cristo e seus discípulos não possuíam nada em comum,

nem em particular" (Mgr Paul Guérin: *Les conciles généraux et particuliers,* Bar-le-duc 1872, t. III, p. 5). Da mesma forma, ele tinha uma concepção exagerada da pobreza monástica.

O "conclave" viola todas as regras mais elementares do direito: "O povo de Roma se reuniu diante de São Pedro, homens e mulheres, todos os que quiseram. Era o sagrado colégio que entrava em conclave. O assim chamado imperador Luís apareceu no tablado, que estava no alto dos degraus da igreja. [...] Ele chamou um certo monge, e, levantando-se de seu assento, o fez sentar-se sob o dossel. Era um franciscano cismático, Pedro, natural de Corbière nos Abruzos, que sustentava que os religiosos mendicantes não podiam sequer ter propriedade sobre a sopa que comiam, e que afirmar o contrário era uma heresia. E foi por isso que" Luís da Baviera o fez sentar-se ao seu lado", para criá-lo antipapa (abade René François Rohrbacher: *Histoire universelle de l'Église catholique,* 1842 - 1849, t. VIII, p. 483). Pois Pedro de Corvara e Luís da Baviera tinham ambos a mesma concepção falsa da pobreza evangélica.

Ao suposto sagrado colégio, composto de homens, mulheres e crianças (!), foi feita a questão ritual: "Quereis como papa o irmão Pedro de Corvara?". Os pobres ficaram tão temerosos do imperador e de seus soldados que concordaram.

João XXII renovou a excomunhão do imperador. Este último esperava sua vingança. Enquanto isso, acolheu em sua corte filósofos tristemente célebres por suas heresias: Marsile de Padua, Ockham, Cesena e Bonagratia.

Marsile de Padua (1290 - 1343(?)) tornou-se reitor da universidade de Paris em 1312. Em 1324, publicou seu livro *Defensor pacis*, o que lhe valeu, em 1326, uma citação para comparecer perante o inquisidor da arquidiocese de Paris. Marsile preferiu fugir para a Baviera. Várias proposições tiradas do *Defensor pacis* foram qualificadas como heréticas por João XXII. Marsile havia sustentado que o imperador estava acima do papa; a separação da Igreja e do Estado estava contida em germe em seu livro. Luís da Baviera o nomeou seu diretor espiritual *("vicarius in spiritualibus"),* Acredita-se que tenha sido Marsile quem incentivou Luís a se coroar em Roma sem o consentimento do papa.

Guilherme de Ockham (1285 - 1347) é considerado um dos mais importantes filósofos (heréticos!) da Idade Média. Este franciscano inglês abalou a filosofia medieval e influenciou a doutrina de Lutero. Seu ensinamento naturalista o levou a questionar a transubstanciação. Ele então foi convocado para Avignon, onde o papa residia. De 1324 a 1328, Ockham viveu em um convento avignonês, enquanto a Inquisição examinava seus escritos. Lá ele conheceu os fraticelli Cesena e Bonagratia, e adotou suas ideias.

Michel de Cesena (morto em 1342) era o ex-superior geral dos fraticelles. Ele foi convocado a Avignon devido à sua heresia.

Bonagratia de Bergamo (1265 - 1340) também foi citado perante o tribunal de Avignon.

Na noite de 26 para 27 de maio de 1328, os três comparsas fugiram e se juntaram a Luís da Baviera em Pisa. Eles o acompanharam depois para a Baviera e lá permaneceram até suas mortes. Todos os três excomungados, cismáticos e hereges, lideraram uma guerra de palavras maliciosa contra a Santa Sé, criticando a autoridade do papa, as riquezas da Igreja oficial, etc.

No tempo de João XXII, a questão da "natureza" da "visão beatífica" ainda não havia sido resolvida pela Igreja. Portanto, os teólogos estavam livres para discutir sobre isso. Uma corrente majoritária sustentava que as almas dos falecidos no céu viam a essência de Deus, enquanto uma minoria de teólogos pensava que elas veriam a essência de Deus apenas após o Juízo Final, e que deveriam se contentar, enquanto isso, com a visão apenas da humanidade de Nosso Senhor.

Nesse debate entre teólogos, João XXII acreditava firmemente que a opinião majoritária estava correta (como atestam sua bula citada anteriormente e o testemunho de seu sucessor, Bento XII citado abaixo), mas ele também quis examinar os argumentos contrários. Para isso, ele reuniu diversos testemunhos dos Padres da Igreja e convidou os doutores a discutirem os prós e os contras.

No entanto, seus inimigos aproveitaram a oportunidade para distorcer suas intenções. "Naquele momento, em 1331, por malícia, os bávaros que certamente haviam seguido o cisma de Luís IV da Baviera e os pseudo-frades menores condenados por heresia [= os fraticelles], cujos líderes eram Michel de Cesena, Guilherme de Ockham e Bonagratia [...], mancharam por meio de calúnias a reputação pontifícia, afirmando que João teria pronunciado uma definição *ex cathedra* segundo a qual as almas não veriam a essência divina antes do Juízo Final. Por isso, pouco depois, impelidos por um zelo perverso, começaram a formular pedidos para a convocação de um concílio ecumênico contra ele como herege" (Odorico Raynald: *Annales ecclesiastici ab anno MCXVIII ubi desinit cardinalis Baronius*, anotado e editado por Jean Dominique Mansi, Lucae 1750, ano 1331, nº 44).

"Os inimigos caluniaram o pontífice. Um ilustre doutor alemão, Ulrico, os refutou. [...] Ele demonstrou, ao final de seu trabalho (livro IV, último capítulo, manuscrito No 4005 da Biblioteca do Vaticano, p. 136), contra os caluniadores do pontífice, que os ditos criticados pelos inimigos, o papa os havia proferido como moderador de um debate escolástico" (Raynald, ano 1331, nº 44).

O que se entende por um "debate escolástico"? Deve-se entendê-lo como uma "disputatio", ou seja, um debate contraditório onde os adversários apresentam argumentos a favor e contra determinado ponto da doutrina. São Tomás de Aquino, na "Summa Theologiae", procede da mesma forma: ele enumera sistematicamente uma série de argumentos a favor da tese errônea e em seguida a refuta com argumentos opostos. Seria desonesto afirmar que São Tomás é herege só porque ele cita também argumentos falsos. E no entanto, é exatamente isso que fizeram os bávaros cismáticos em relação ao papa: acusaram-no de heresia, quando na verdade João XXII simplesmente "citou", sem aderir de modo algum, alguns textos dos Padres que iam contra a opinião predominante. O próprio papa disse ter mencionado essas palavras patrísticas "ao citar e ao relatar, mas não ao determinar ou aderir" (João XXII: bula "Ne super his" de 3 de dezembro de 1334).

O "ilustre doutor" em teologia Ulrico explica: "Se verdadeiramente se compreende piedosamente e saudavelmente o estilo pontifício, descobrir-se-á, ao pesar cuidadosamente as coisas, que não se trata propriamente de um sermão, nem de uma definição, nem de uma determinação, nem de uma pregação, mas sim de um debate contraditório (scholastica disputatio) ou confrontação de opiniões disputadas" (Ulrico, in: Raynald, ano 1333, nº 44).

O papa, continua Ulrico, "evita a forma e o modo e o costume da 'pregação de um sermão'; ele assume a forma e o modo e o costume das 'disputas escolásticas': citações de autoridades, raciocínios, analogias, argumentos, glosas, silogismos e muitas outras sutilezas verbais, mostrando assim que ele fala não como 'pregador', mas como 'disputante'" (ibidem).

A intervenção de Ulrico acalmou os ânimos por um tempo. Mas a questão da visão beatífica ainda não estava resolvida.

A controvérsia recomeçou com força total dois anos depois, em 1333. "Desejando ardentemente encerrar este debate, João XXII apresentou diante dos cardeais suas coleções de oráculos da Sagrada Escritura e das sentenças dos Padres da Igreja, que poderiam ser invocadas por ambos os lados. Foi ordenado aos cardeais, superiores e outros doutores [...] examinar com cuidado e diligência a controvérsia, e trazer de todos os lados as palavras pronunciadas pelos Santos Padres que ainda pudessem ser encontradas. O pontífice reuniu esses dados em um livro, que ele transmitiu a Pedro, arcebispo de Rouen [futuro Clemente VI]. Neste livro, nada era de sua própria autoria, mas todas as palavras eram retiradas da Sagrada Escritura e dos Padres" (Raynald, ano 1333, No 45).

Os doutores de Paris estavam divididos entre si. Uma minoria pensava que as almas dos falecidos salvos veriam a essência divina somente após o Juízo Final. "Espalhou-se a calúnia de que o pontífice era o autor e o porta-estandarte de sua opinião. [...] Mas o pontífice, para contrariar essa calúnia, escreveu várias cartas ao rei e à rainha da França; ele se queixou que essa coisa lhe fosse atribuída por mal-intencionados, que ele nunca havia estabelecido qualquer coisa nesta questão, mas que tinha colecionado apenas as palavras dos Padres para que se empenhassem no estudo para buscar a verdade. [...] Ele pediu ao rei que não silenciasse nenhum dos lados, para que da discussão pudesse brotar a verdade" (Raynald, ano 1333, nº 45).

"Não proferimos nenhuma palavra de nossa própria cabeça", escreveu João XXII ao rei, "mas apenas as palavras da Sagrada Escritura e dos santos (aqueles cujos escritos são aceitos pela Igreja). Muitas pessoas - cardeais assim como outros prelados, próximos ou distantes de nós - falaram a favor e contra neste assunto em seus discursos. Nos discursos, até públicos, os prelados e mestres em teologia discutem sobre esta questão de várias maneiras, para que a verdade possa ser encontrada mais completamente" (João XXII: carta "Regalem notitiam", 14 de dezembro de 1333, endereçada ao rei da França, Filipe VI de Valois, in: Raynald, ano 1333, No 46).

As notícias que inundaram a França vinham dos schismáticos bávaros. Na Baviera, os fraticelles afiaram suas penas contra o soberano pontífice. Bonagratia publicou um comentário mentiroso: como verdadeiro falsificador, ele fazia crer que João XXII pretendia impor a opinião minoritária. Ockham e Nicolas le Minorite publicaram sermões totalmente fictícios de João XXII. Michel de Cesena percorreu reinos e províncias para organizar um conciliábulo na Alemanha contra "João de Cahors", o então papa. O maestro da conspiração era, é claro, o autoproclamado imperador Luís IV da Baviera.

Em 28 de dezembro de 1333, João XXII convocou um consistório e informou a rainha da França: "Ordenamos aos cardeais, prelados, doutores em teologia e canonistas presentes na cúria que fizessem um estudo diligente e nos apresentassem sua opinião; e para que pudessem fazê-lo mais

rapidamente, fizemos uma cópia das coleções dos santos, das autoridades e dos cânones que poderiam ser invocados por um lado ou pelo outro" (João XXII: carta *Quid circa*, 1334, in: Raynald, ano 1334, No 27). O papa ordenou a leitura das autoridades que havia coletado. Essa leitura durou cinco dias (admirável erudição do papa, diga-se de passagem!).

Um ano depois, em sua bula, ele declarou que sempre acreditara na opinião majoritária e que apenas *expor*, como uma hipótese contestável, a opinião minoritária: "Acreditamos que as almas purificadas separadas dos corpos [...] veem a Deus e a essência divina face a face [...]. Mas se de alguma forma sobre este assunto algo diferente tivesse sido dito por nós, [...] afirmamos tê-lo dito assim *citando*, *relatando*, mas de modo algum *determinando* ou mesmo aderindo a ele" (João XXII: bula *Ne super his*, 3 de dezembro de 1334). Os termos "*recitando et conferendo*", usados pelo papa, significam:

- *recitare* significa "ler em voz alta (uma lei, um ato, uma carta), produzir, citar" (Plauto: *Persa* 500 e 528; Cícero: *In Verrem actio* II, 23): o papa apenas *cita* opiniões de outros;
- *Conferre* significa "trazer junto, trazer de todos os lados, reunir" (Cícero: *In Verrem actio* IV, 121; César: *De bello gallico* VII, 18,4 etc.): o papa apenas *reúne* documentos sobre este assunto. *Conferre* também pode ter o sentido de "colocar juntos para comparar" (Cícero: *De Oratore* I, 197: "comparar nossas leis com as de Licurgo e Sólon"): o papa realiza uma *disputatio*, que consiste em *comparar* argumentos antes de se pronunciar.

Os termos utilizados pelo papa coincidem perfeitamente com os termos de um julgamento feito pelos doutores de Paris, encarregados de examinar a ortodoxia do papa. O rei Filipe VI de Valois ordenou uma investigação, que começou em 19 de dezembro de 1333. Os teólogos da Sorbonne, após uma investigação minuciosa, emitiram seu veredito, que continha esta frase chave: "Nós, observando também o que ouvimos e aprendemos pela relação de vários testemunhos dignos de fé, que tudo o que Sua Santidade disse sobre este assunto, ela disse não *afirmando* ou mesmo *opinando*, mas apenas *citando*" (in: Constant, t. II, p. 423; Constant traduz por "recitando").

O Papa Bento XII, que sucedeu a João XXII, procedeu com a mesma prudência que seu predecessor. Embora estivesse convencido da correção da opinião majoritária, o novo papa continuou examinando a questão iniciada por seu predecessor. Em 7 de fevereiro de 1335, ele realizou um consistório onde convocou aqueles que pregaram a opinião minoritária e os solicitou a expor seus argumentos. Em 17 de março, ele designou uma comissão de cerca de vinte especialistas encarregados de preparar uma definição *ex cathedra*. Entre os especialistas estava Gérard Eudes, partidário da opinião minoritária! O papa retirou-se por quatro meses para o castelo de Pont-de-Sorgues, perto de Avinhão, estudando extensivamente o caso. Finalmente, em 29 de janeiro de 1336, ele definiu *ex cathedra* que a opinião majoritária deveria doravante ser mantida como um dogma (constituição *Benedictus Deus*).

No preâmbulo desta constituição *Benedictus Deus*, Bento XII cuidou para **defender seu predecessor** atacado injustamente pelos caluniadores bávaros. Sobre a questão da visão beatífica, muitas coisas foram escritas e ditas, especialmente "por nosso predecessor de FELIZ MEMÓRIA (*felicis recordationis*) o papa João XXII e por vários outros em sua presença. [...] Querendo repelir as palavras e línguas dos MALVADOS (*malignantium*), e desejando esclarecer

'suas intenções', João XXII havia preparado sua profissão de fé, a bula *Ne super his*, que Bento XII citou na íntegra. Então o novo papa prosseguiu, definindo solenemente a verdade *ex cathedra*.

Essa verdade solenemente definida por Bento XII, João XXII sempre acreditou. Temos como prova não apenas sua bula de 1334, mas também certos textos escritos anteriormente pelo santo papa João XXII: as bulas de canonização de São Luís de Toulouse (1317), de São Tomás de Hereford (1320) e de São Tomás de Aquino (1323). Especificamente para São Luís de Toulouse, o papa João XXII mostrou este jovem santo entrando no céu em sua inocência, para contemplar a essência divina com alegria e abertamente: "*ad Deum suum contemplandum in gaudio, facie revelata*" (bula de canonização, § 18).

Infelizmente, as falsificações de Ockham, Bonagratia e Cesena foram posteriormente revividas pelos hereges nos séculos seguintes, que embelezaram suas fábulas. Um desses "historiadores" posteriores foi o herege de Genebra João Calvino (Instituição da Religião Cristã, 1536, livro IV, capítulo 7, § 28). São Roberto Belarmino, após citar as palavras de Calvino contra João XXII, exclamou: "Digo a Calvino: você proferiu, em poucas palavras, cinco mentiras descaradas" (De Romano Pontifice, livro IV, capítulo 14). Em seguida, ele refutou com grande facilidade o pseudo-historiador genebrino.

Os hereges de todas as épocas acusaram muitos outros papas, mas para que mencionar todas as suas fraudes? Muito antes de nós, o erudito e santo cardeal Belarmino sozinho reabilitou cerca de quarenta acusados, sendo o trigésimo sexto deles o Papa João XXII.

CONCLUSÃO DO QUARTO CAPÍTULO:

A história eclesiástica não registra NENHUM caso em que um papa tenha se enganado na fé ou ensinado um erro. Escritores falsificadores arianos, monotelitas, cismáticos gregos, protestantes, galicanos, fébronianos, anti-infaibilistas acusaram papas, *porque odiavam o papado* que os anatematizava. Sobre eles, o Papa Leão XIII disse: "A arte do historiador parece ser uma conspiração contra a verdade".

Martinho Lutero recusou-se a obedecer à papado *(Apelo contra o papa ao concílio,* 28 de novembro de 1518). Sob o pretexto de que São Pedro teria (supostamente!) errado na fé durante sua estadia em Antioquia, Lutero afirmou que o Papa Leão X estava completamente errado e, portanto, todo cristão poderia seguir suas próprias luzes em vez da voz do papado.

O maçom Voltaire, inimigo ardente do cristianismo, teve o prazer malicioso de destacar as (supostas!) falhas de Honório e João XXII em seu *Ensaio sobre os costumes* (1756). Que valor atribuir a essa obra? Nenhum! Pois o próprio Voltaire escreveu a seu confidente Thiriot, em 21 de outubro de 1736: "É preciso mentir como um diabo, não timidamente, não por um tempo, mas audaciosamente e sempre".

As supostas quedas de alguns papas pertencem à pseudociência histórica. Esta falsa ciência é diretamente contrária à fé católica. "Reprovo igualmente o erro daqueles que afirmam que a fé proposta pela Igreja pode estar em contradição com a história [...]. Condeno e rejeito também a opinião daqueles que dizem que o cristão erudito assume uma dupla personalidade, a do crente e a do historiador, como se fosse permitido ao historiador manter o que contradiz a fé do crente, ou estabelecer premissas de onde se seguirá que os dogmas são falsos ou duvidosos, desde que esses dogmas não sejam diretamente negados" (São Pio X: juramento antimodernista).

"Canon 2: Se alguém disser que as disciplinas humanas devem ser tratadas com tal liberdade que, mesmo que suas afirmações se oponham à doutrina revelada, possam ser reconhecidas como verdadeiras e não possam ser proibidas pela Igreja, que ele seja anátema.

Canon 3: Se alguém disser que é possível que os dogmas propostos pela Igreja recebam, por vezes, devido ao progresso da ciência, um sentido diferente daquele que a Igreja compreendeu e ainda compreende, que ele seja anátema" (Vaticano I: *Dei Filius,* capítulo 4, intitulado "*Defide et ratione*").

"Toda teoria ou doutrina filosófica, moral, teológica ou científica que contradiz a fé cristã é necessariamente falsa e mentirosa. Um católico que a professa e se apega a ela [...], é um não-católico, um apóstata e um seguidor do Anticristo" (Clemente XII: carta secreta contra os maçons, anexada à sua bula "*In eminenti*" de 4 de maio de 1738).

Resumo: a história eclesiástica não conhece nenhum caso em que um papa tenha se desviado da fé ou ensinado uma heresia.

Revision #1
Created 3 July 2024 02:20:40 by Admin
Updated 3 July 2024 02:20:59 by Admin